

RECURSO ESPECIAL Nº 1.670.815 - RS (2017/0115274-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : ADALBERTO HENRIQUE PRITSCH
ADVOGADOS : ADALBERTO HENRIQUE PRITSCH (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - RS003363
GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021
MARCELO LIPERT - RS041818
THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519
MANOELA MATTE WINGE - RS093990

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 328):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INDEFERIMENTO EM CARÁTER PROVISÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. NECESSIDADE E UTILIDADE DA PROVA. INCERTEZA QUANTO ÀS ALEGAÇÕES DA PARTE. JUÍZO DE IMPROCEDÊNCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NULIDADE DA SENTENÇA.

1. O juízo, ao apreciar o requerimento de produção de prova pericial, não se pronunciou de forma definitiva sobre a questão, entendendo que, naquele momento, a perícia não se mostrava necessária, o que seria aferido após o embargante trazer aos autos o laudo médico pericial do INSS.
2. Considerando a provisoriedade do indeferimento da prova pericial, que sinalizava no sentido de que haveria a reapreciação do pedido diante dos documentos que viriam aos autos, a decisão estava destituída de recorribilidade, não comportando a interposição de agravo de instrumento. Dessa forma, não ocorreu a preclusão temporal.
3. Mesmo que se tratasse de decisão preclusa, a situação vivenciada nos autos evidencia inequivocamente a utilidade e a indispensabilidade da prova pericial, cuja realização poderia ser determinada inclusive de ofício pelo juízo, consoante o preceito do art. 130 do antigo CPC.
4. O sistema de persuasão racional de valoração da prova torna possível a formação de convencimento com liberdade, porém requer do juiz o comprometimento com a descoberta da verdade e a devida deferência ao interesse da parte em demonstrar as suas alegações.
5. Embora os laudos existentes nos autos não sejam conclusivos quanto à gravidade da cardiopatia, nem quanto ao momento em que se iniciou e a forma como evoluiu a doença, não pode o magistrado deixar de acolher o pedido de produção de prova pericial e, contraditoriamente, julgar improcedente a pretensão da parte, dizendo estar impossibilitado de declarar a existência da doença na data dos fatos geradores do imposto sem

Superior Tribunal de Justiça

o auxílio de laudo pericial oficial, sob pena de infligir cerceamento ao direito de defesa.

6. Os elementos de prova juntados à inicial já permitem criar, no mínimo, uma semente de dúvida quanto às alegações do embargante. Para afastar a incerteza advinda dos exames e laudos apresentados, mostra-se imprescindível a atuação de profissional da área médica, designado pelo juízo, para verificar se o embargante estava acometido de cardiopatia grave antes da data considerada pela perícia médica do INSS como marco inicial da isenção fiscal.

7. Apelação provida, para anular a sentença e determinar a realização de prova pericial.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 350-354.

O recorrente alega violação do artigo 1.022, II, do NCPC, ao argumento de que a Corte de origem omitiu-se na análise da legislação aplicável ao caso concreto, rejeitando sumariamente os embargos de declaração.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos arts. 471 e 473 do CPC/1973 (correspondentes aos arts. 505 e 507 do CPC/2015), sob fundamento de que "não considerou o *decisum* recorrido a ocorrência de preclusão, com formação de coisa julgada formal sobre a decisão que previamente havia indeferido a prova pericial e declarado encerrada a instrução do presente processo, o que impede novo julgamento sobre o tópico em segunda instância." (fl. 364).

Contrarrazões às fls. 370-379.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 383.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois o recorrente se limitou a afirmar de forma genérica, à fl. 363, que "quando a Fazenda Nacional alertou o Tribunal *a quo* sobre a legislação não enfrentada, manejando embargos de declaração, omitiu-se ele na análise da legislação aplicável ao caso concreto", sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

No que diz respeito à alegação de que houve preclusão, a pretensão é inadmissível, pois o recorrente não impugnou o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "depreende-se que o juízo, ao apreciar o requerimento do embargante de produção de prova pericial, não se pronunciou de forma definitiva sobre a questão." (fl. 325). Essa situação enseja a aplicação da Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator